



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

Nota de Alerta Conjunta Nº 008/2022 DIVE/DIVS/SUV/SES

Assunto: Orientações à população e aos serviços de saúde frente a ocorrência de eventos de origem hidrológica no Estado de Santa Catarina.

Os eventos hidrológicos do tipo inundações (graduais), enxurradas (bruscas) e alagamentos correspondem a um dos principais tipos de emergências e desastres naturais ocorridos no Brasil nos últimos anos. Tais eventos afetam diferentes regiões de maneira distinta, tanto do ponto de vista da frequência quanto da distribuição ao longo do ano, e apresentam grande impacto em termos de pessoas afetadas (desalojados e desabrigados), além de elevado risco à saúde das populações das áreas atingidas, representado por elevadas taxas de morbimortalidade.

Entre os principais impactos à saúde destacam-se:

- Aumento súbito do número de óbitos;
- Ocorrência de traumatismos, afogamentos, quedas e choques elétricos, dentre outros agravos à saúde, que excedem a capacidade de resposta dos serviços de saúde;
- Dano ou destruição da infraestrutura física e funcional dos serviços de saúde, incluindo os arquivos, com consequente perda de dados, informações e diminuição da capacidade de atendimento;
- Impacto nos recursos humanos comprometendo o funcionamento dos serviços de saúde;
- Dano à infraestrutura e interrupção do abastecimento de água para consumo humano, dos serviços de drenagem, limpeza urbana, de esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica;
- Aumento do risco de contaminação da água para consumo humano e dos alimentos, considerando os parâmetros físicos, químicos e microbiológicos;



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

- Aumento da ocorrência de doenças infecciosas (respiratórias e de transmissão hídrica e alimentar) e agravamento das doenças crônicas e de transmissão por vetores, assim como o surgimento de transtornos mentais, acidentes por animais peçonhentos e por outros animais;
- Aumento do risco de transmissão de doenças devido à aglomeração de pessoas (alojamentos, abrigos, dentre outros);
- Aumento da demanda nos serviços de saúde (média e alta complexidade) como fator de ampliação da ocorrência de surtos e epidemias;
- Agravamento de pacientes crônicos em função da desassistência provocada por colapso de serviços específicos (radioterapia, hemodiálise, quimioterapia e medicamentos de alto custo, dentre outros);
- Desestruturação dos serviços de atendimento às pessoas com necessidades especiais e dificuldade de locomoção;
- Desagregação de comunidades e famílias;
- Migração populacional em busca de fontes alternativas de água para consumo humano, de alimentos, de moradia, de emprego, entre outros fatores condicionantes;
- Escassez de alimentos, podendo ocasionar problemas nutricionais, especialmente nos casos de inundações prolongadas;
- Ampliação do risco à saúde do trabalhador, incluindo as pessoas que atuam na etapa de manejo do desastre.

Diante do cenário de ocorrência de eventos hidrológicos que podem ocasionar emergências e desastres, a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV/SC), por meio da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE/SC) e da Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS/SC), orienta a população e os serviços de saúde sobre as medidas a serem realizadas para minimizar o impacto à saúde das populações afetadas por estes fenômenos:



1. CUIDADOS COM A ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO:

Os desastres de origem hidrológica podem propagar algumas doenças facilmente em decorrência da contaminação da água e dos alimentos. A ingestão de água contaminada pode causar doenças como a cólera, diarreia, febre tifoide, hepatite tipo A, giardíase, amebíase, verminoses, entre outras.

Caso observe alguma alteração na água da torneira (como odor e/ou coloração diferente do habitual), entrar em contato com a empresa responsável pela distribuição da água e/ou Vigilância Sanitária do município.

Sempre que possível filtre e ferva (por 5 minutos) a água antes de beber. Caso não possa fervê-la, trate a água para consumo com hipoclorito de sódio (2,5%). Para cada litro de água que for beber, adicione duas gotas de hipoclorito de sódio e deixe repousar por 30 minutos. É importante respeitar esse tempo de repouso para eliminação de bactérias.

2. MANEJO DE RESÍDUOS:

1. Resíduo doméstico

O resíduo doméstico deve ser ensacado e colocado fora de casa, em lugar alto, pouco tempo antes que o caminhão de coleta de resíduos passe pela sua residência.

2. Manejo de resíduos em abrigos

Articular a coleta dos resíduos sólidos em maior periodicidade a fim de não obter acúmulo de resíduos.

Orientar e promover o manejo e descarte correto de resíduos sólidos comuns, contaminados e perigosos. Os resíduos devem estar sempre acondicionados em recipientes tampados, nunca diretamente sobre o piso.



3. HIGIENIZAÇÃO COM HIPOCLORITO DE SÓDIO (2,5%):

Utilize hipoclorito de sódio (2,5%) para as atividades de higienização (tabela 1).

Leia e siga as instruções da etiqueta na embalagem do produto.

Nunca misture o hipoclorito de sódio (2,5%) com alvejante, amoníaco, nem com outros produtos de limpeza.

Para não se contaminar com a água da enchente ou lama, no momento da limpeza, utilize equipamentos de proteção individual (botas, luvas, máscara).



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

Tabela 1. Água para consumo humano		
<p>A água para consumo humano deve ser filtrada (com filtro doméstico, coador de papel ou pano limpo), e, posteriormente, fervida. A fervura da água elimina bactérias, vírus e parasitas; por isso, é o método preferencial para tratamento da água de consumo humano. Caso não seja possível ferver, obter água de uma fonte que não tenha sido contaminada por esgoto e realizar a filtração (com filtro doméstico, coador de papel ou pano limpo) e posterior tratamento com hipoclorito de sódio (2,5%).</p>		
Água	Hipoclorito de sódio (2,5%)	Modo de higienização
1 litro	2 gotas	<ul style="list-style-type: none">• Para cada litro de água para consumo humano, adicionar duas gotas de hipoclorito de sódio (2,5%);• Deixar repousar por 15 minutos.
20 litros	1 colher das de chá	
200 litros	1 colher das de sopa	
1.000 litros	2 copinhos de café (descartável)	
Tabela 2. Recipientes para armazenamento de água, embalagens de alimentos e utensílios domésticos		
Água	Hipoclorito de sódio (2,5%)	
1 litro (5 xícaras das de chá)	2 colher das de sopa	<ul style="list-style-type: none">• A água para higiene dos recipientes de armazenamento de água, embalagens de alimentos e utensílios domésticos deve ser filtrada (com filtro doméstico, coador de papel ou pano limpo) e passar por um posterior tratamento com hipoclorito;• Lavar o recipiente com água e sabão e enxaguar;• Misturar 2 colheres das de sopa de hipoclorito de sódio (2,5%) ou água sanitária (2,0 a 2,5%) com 1 litro de água e jogar no recipiente.• Cobrir o recipiente e agitar a solução para que entre em contato com toda a superfície interna;• Deixar o recipiente coberto por 15 minutos;• Enxaguar com a água para consumo humano (Tabela 1).• Se for utilizar água sanitária, esta deve conter APENAS hipoclorito de sódio (NaClO) e água (H₂O).
Tabela 3. Frutas, verduras e legumes		
Água	Hipoclorito de sódio (2,5%)	
1 litro (5 xícaras das de chá)	1 colher das de sopa	<p>Obs.: Frutas, verduras e legumes que entram em contato com a água da enchente devem ser descartadas. As demais devem seguir as orientações abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Selecionar, retirando as folhas, parte e unidades deterioradas;• Lavar em água corrente os vegetais folhosos, folha a folha, e as frutas e legumes um a um;• Colocar de molho por 10 minutos em água clorada (1 colher das de sopa de hipoclorito de sódio [2,5%] ou água sanitária – 2,0 a 2,5% – para 1 litro de água);• Enxaguar em água corrente os vegetais folhosos, folha a folha, as frutas e legumes um a um;• Deixar secar naturalmente;• Se for utilizar água sanitária, esta deve conter APENAS hipoclorito de sódio (NaClO) e água (H₂O).
Tabela 4. Pisos, paredes e bancadas que entram em contato com a água da enchente		
Água	Hipoclorito de sódio (2,5%)	
20 litros	2 xícaras das de chá/copo americano (400 ml)	<ul style="list-style-type: none">• Depois de remover a lama e lavar o local, desinfete a área;• Faça uma solução com 20 litros de água com 2 xícaras das de chá de hipoclorito de sódio (2,5%) ou água sanitária (2,0 a 2,5%);• Umedeça panos nessa solução para limpar pisos, paredes e bancadas.

*O Hipoclorito de sódio deve ter registro no MS.

Fonte: www.saude.gov.br/svs



4. CUIDADO COM OS ALIMENTOS EM SITUAÇÕES DE INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS:

Não consumir alimentos com cheiro, cor ou aspecto fora do normal (úmido, mofado, murcho).

Não consumir alimentos como leite, carne, peixe, frango e ovos, crus ou mal cozidos, principalmente aqueles que entraram em contato com a água de enchente.

Não consumir frutas, verduras e legumes estragados ou escurecidos que entraram em contato com a água de enchente.

Não consumir alimentos cozidos ou refrigerados e que tenham ficado por mais de duas horas fora da geladeira, principalmente carne, frango, peixe e sobras de alimentos.

Não consumir alimentos industrializados com validade vencida.

Não consumir alimentos com embalagem em plástico (garrafas PET, leite em saco, grãos ensacados) que não foram abertos, mas que tiveram contato com água da enchente devem ser descartados.

Não consumir alimentos com embalagens em latas, plásticos e vidros que apresentem sinais de alteração, como inchaço, esmagamento, vazamento, ferrugem, buracos, tampas estufadas e com outros danos, mesmo que não estejam abertos devem ser descartados.

Não aceitar doações dos seguintes alimentos: restos de comida; leite e derivados não pasteurizados; alimentos alterados ou deteriorados; alimentos que não tenham sido armazenados a uma temperatura inferior a 4°C ou acima de ou 70°C; ingredientes que não foram armazenados de acordo com as



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

instruções do fabricante. Em caso de dúvida, descarte o produto adequadamente.

5. CUIDADOS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS:

1. Leptospirose

Uma das principais ocorrências epidemiológicas após as inundações é o aparecimento de surtos de leptospirose, transmitida aos seres humanos pelo contato com água ou lama contaminadas pela urina de animais portadores da bactéria *leptospira*, principalmente roedores domésticos (ratazanas, ratos de telhado e camundongos). O período de incubação compreende do 1º ao 30º dia após o contato com o agente infeccioso. Este contato ocorre durante e imediatamente após as enchentes, quando as pessoas retornam a suas residências e procedem à limpeza e remoção da lama e outros detritos. Portanto, deve-se estar alerta à possibilidade de ocorrência de casos e surtos de leptospirose nas quatro ou cinco semanas que se seguem ao fim da inundação, com o descenso total das águas.

Assim, todos os municípios atingidos por inundações devem disseminar informações técnicas para os serviços e profissionais de saúde, bem como à população, acerca dos sintomas, mecanismos de transmissão e das ações de prevenção e controle.

O objetivo primário é garantir que a suspeita diagnóstica e o tratamento sejam instituídos precocemente, visando à redução da mortalidade por esta doença, além de diminuir ao máximo a exposição da população posteriormente.

Os sintomas variam desde febre alta, cefaleia, dores musculares, até quadros mais graves, podendo ocorrer icterícia (coloração amarelada em pele e



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

mucosas), insuficiência renal, hemorragias e alterações neurológicas, com altas taxas de letalidade.

ATENÇÃO: Todo paciente com suspeita de leptospirose deverá imediatamente receber tratamento com antibiótico adequado, independentemente do resultado do exame laboratorial.

Casos que apresentarem sinais e sintomas considerados SINAIS DE ALERTA como alterações do volume urinário, hipotensão, icterícia, sangramentos ou alterações neurológicas, deverão ser encaminhados imediatamente para uma unidade hospitalar de referência.

A coleta de amostra sanguínea para exame sorológico de leptospirose deve ser realizada a partir do 7º dia do início dos primeiros sintomas (Guia de Vigilância em Saúde, 5ª edição revisada, 2022).

As equipes de vigilância e de atenção primária à saúde (saúde da família, agentes comunitários, agentes de endemias) devem visitar e monitorar as áreas atingidas pela inundação, com objetivo de determinar as características da área, a população atingida, realizar busca ativa de casos, encaminhamento de suspeitos e desencadeamento das ações de comunicação e educação em saúde. A ocorrência de casos acima do esperado pelo município deve ser comunicada às Gerências Regionais de Saúde (GERSA), que, por sua vez, deverão comunicar ao nível central.

Orientação à população:

Evite o contato com água ou lama de enchentes ou esgotos. Impeça que crianças nadem ou brinquem nesses locais, que podem estar contaminados pela urina dos ratos.



Pessoas que trabalham na limpeza de ambientes que contenham lama, entulho e esgoto devem usar botas e luvas de borracha para evitar o contato da pele com água e lama contaminadas (se isso não for possível, usar sacos plásticos duplos amarrados nas mãos e nos pés).

Após as águas baixarem, deve-se proceder à limpeza da lama residual das enchentes e à desinfecção de domicílios com solução de água sanitária (hipoclorito de sódio a 2,5%), diluída em água, na proporção de 2 copos (400 mL) para 20 litros de água. Esta solução elimina a *leptospira*, diminuindo de maneira considerável as chances de infecção pela mesma.

2. Doenças de transmissão hídrica e alimentar

Frequentemente, as inundações levam à contaminação das redes públicas de abastecimento, pela entrada de água poluída nos pontos de vazamento da rede, além da interrupção temporária das atividades das estações de tratamento. Como o consumo de água é uma necessidade básica, muitas vezes a população acaba utilizando água contaminada, expondo-se ao risco de doenças diarreicas agudas, cólera, febre tifóide, meningites por enterovírus e hepatites A e E.

A cólera e as demais doenças diarreicas agudas têm período de incubação curto, variando de algumas horas até 5 dias. O período de incubação da meningite por enterovírus é de 3 a 4 dias, o da febre tifóide é, em média, de 15 dias e o das hepatites A e E é de 30 dias.

Para evitar as doenças diarreicas, é importante a orientação e adoção de algumas medidas de prevenção e controle para a população: evitar o consumo de água contaminada, por meio de medidas emergenciais (educação em saúde e distribuição de hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção da água para



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

beber e para cozinhar), descartar alimentos que foram atingidos pelas inundações e lavar muito bem os alimentos antes de consumi-los.

Outros produtos à base de cloro, autorizados para o tratamento da água e registrados no Ministério da Saúde, poderão ser utilizados, observando-se atentamente as orientações contidas no rótulo do produto. O tratamento da água para consumo humano por meio da ebulição (fervura), durante 1 ou 2 minutos também é uma possibilidade, embora este método de desinfecção nem sempre esteja acessível para a população nestas situações.

Orientar que o acondicionamento da água tratada seja feito em recipientes higienizados, preferencialmente de boca estreita, para evitar a contaminação posterior pela introdução de utensílios (canecos, conchas, entre outros). Além disso, as pessoas que estão em situação de risco (em alojamentos) devem ser orientadas a intensificar os cuidados com a higiene pessoal e com os alimentos.

As equipes de saúde devem intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano das áreas atingidas, realizando as orientações para a população a partir dos resultados identificados.

Ainda, a vigilância epidemiológica deve acompanhar a monitorização das doenças diarreicas agudas (MDDA) para a identificação de mudanças no perfil epidemiológico das diarreias nas áreas afetadas e, em caso de surto, proceder com a investigação e coleta de swab retal/fecal em cerca de 10% dos casos, para identificação dos possíveis agentes etiológicos.

3. Doenças de Transmissão Respiratória

O deslocamento da população de suas residências e a estada temporária em alojamentos e abrigos, com uma grande quantidade de pessoas convivendo em um mesmo espaço, pode favorecer a disseminação de doenças de



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

transmissão respiratória, sendo, portanto, necessárias algumas medidas de prevenção e controle como: alertar os serviços de saúde para a possibilidade de ocorrência de casos ou surto de doenças de transmissão respiratória com ênfase à suspeição de casos de influenza, meningites, difteria, coqueluche, varicela, doença exantemática, tuberculose ou outras.

Os responsáveis pelos abrigos devem receber orientação para que se mantenham em alerta aos casos de Doença Respiratória Aguda que possam vir a ocorrer na população sob sua responsabilidade, a fim de encaminhar os casos imediatamente para o serviço de saúde, bem como comunicar a vigilância epidemiológica do município para que sejam desencadeadas ações profiláticas específicas para cada agravo.

Para os casos suspeitos de Síndrome Gripal que tenham condições e fatores de risco para complicações, independentemente da situação vacinal, além da indicação de medicamentos sintomáticos e hidratação, está indicado o uso de fosfato de oseltamivir de forma empírica (não se deve aguardar confirmação laboratorial), preferencialmente até 48 horas do início dos sintomas. Esta indicação fundamenta-se no benefício que a terapêutica precoce proporciona tanto na redução da duração dos sintomas quanto na ocorrência de complicações da infecção pelos vírus da influenza, em pacientes com condições e fatores de risco para complicações.

4. Acidentes por animais peçonhentos

Nas enchentes e em situações de alagamentos, os animais peçonhentos como serpentes, aranhas e escorpiões também ficam desabrigados e procuram locais secos. Estes animais invadem as residências, aumentando o risco de acidentes. Deve-se ter cuidado também ao entrar na água, uma vez que as serpentes podem estar nadando em busca de terra seca.



Orientação à população:

Tenho cuidado ao entrar na água, pois há serpentes que podem estar nadando em busca de terra seca.

Ao retornar para a casa, procure entrar com cuidado, observando atentamente a presença de animais peçonhentos que podem estar abrigados dentro das residências.

Bata os colchões antes de usá-los e sacuda cuidadosamente roupas, sapatos, toalhas e lençóis.

Limpe o interior e os arredores da casa usando luvas, botas e calças compridas.

Nunca coloque as mãos em buracos ou frestas. Use ferramentas como enxadas, cabos de vassoura e pedaços compridos de madeira para mexer nos móveis. Não se esqueça de usar luvas! Em caso de encontrar animais peçonhentos dentro da residência, afaste-se lentamente deles sem assustá-los, não toque em animais peçonhentos, nem que pareçam estar mortos.

Não ande descalço. Use botas ou calçados rígidos com perneira com proteção até o joelho e calças compridas.

Caso encontre animais peçonhentos dentro da residência, afaste-se lentamente deles (sem assustá-los) e chame o Corpo de Bombeiros.

Lembre-se: serpentes, aranhas ou escorpiões podem estar em qualquer parte da casa, principalmente em lugares escuros.

Em caso de acidentes, devem ser seguidas as orientações abaixo:

- O acidentado deve ficar deitado, em repouso, na medida do possível, evitando andar ou correr, para diminuir a absorção do veneno;
- O acidentado deve ser levado imediatamente a um serviço de saúde, para que seja devidamente atendido;
- O tratamento deve ser sempre administrado por profissional habilitado e, de preferência, em ambiente hospitalar. É recomendado que todo



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

profissional de saúde que atenda um acidente causado por animal peçonhento, realize contato com o Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina (CIATox/SC) pelo telefone 0800 643 5252, para orientação quanto a conduta clínica a ser adotada;

- NUNCA se deve chupar o local da picada. Não é possível retirar o veneno do corpo, que é absorvido pela corrente sanguínea;
- Não amarrar o braço ou a perna picada, pois dificulta a circulação do sangue, podendo produzir necrose ou gangrena;
- Não cortar o local da picada. Alguns venenos produzem hemorragia e o corte aumentará a perda de sangue;
- Não colocar folhas, querosene, pó de café, terra, fezes ou outras substâncias no local da picada, pois elas não impedem que o veneno alcance a corrente sanguínea e podem provocar uma infecção.

5. Tétano

As inundações propiciam a ocorrência de acidentes com ferimentos, levando ao aumento do risco de contaminação pelo bacilo do tétano, o qual está presente na natureza, no solo, na poeira e nas fezes de alguns animais, sendo necessárias algumas medidas de prevenção e controle como:

- Prover condições para que todas as pessoas (crianças e adultos), que ao sofrerem ferimentos recebam criteriosa avaliação clínica por profissionais de saúde capacitados, e os cuidados necessários de limpeza e antissepsia;
- Prover os hospitais com soro antitetânico ou imunoglobulina específica para prevenção ou tratamento dos casos de tétano conforme esquema de condutas profiláticas, de acordo com o tipo de ferimento e situação vacinal e fluxo definido.



Os serviços de saúde locais, com a maior brevidade possível, deverão avaliar a situação vacinal contra o tétano da sua comunidade por meio da identificação e busca de faltosos, bem como de grupos expostos aos riscos gerados pela situação (trabalhadores de saúde, defesa civil, limpeza urbana e outros) e COMPLETAR o esquema vacinal contra o tétano.

Importante: não se recomenda a vacinação em massa ou indiscriminadamente contra o tétano em situações de inundação. Iniciar a vacinação contra o tétano e aprazar as próximas doses, visando proteger contra o risco de tétano por outros ferimentos futuros.

6. Dengue, febre de chikungunya e zika vírus

Com as chuvas intensas registradas nos últimos dias, os recipientes que podem acumular água e estão no ambiente se tornam locais oportunos para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Assim, neste momento, é necessário que a população e as equipes de vigilância ambiental/epidemiológica redobrem os cuidados eliminando os locais com água parada. As atividades de controle vetorial devem ser intensificadas, com a realização de mutirões e forças tarefas, para eliminação, adequação e tratamento químico focal nos locais com a presença do *Aedes aegypti*.

Para as áreas afetadas por inundações e enchentes, quando as pessoas retornam a suas residências e procedem à limpeza e remoção da lama e outros detritos, é necessário eliminar todos os locais que tenham acumulado água. As equipes municipais devem articular ações intersetoriais para o recolhimento dos materiais eliminados pela população, com a destinação adequada, de forma que não permaneçam em via pública ou terrenos baldios e permitam a reprodução do mosquito.



6. CUIDADO E MANUTENÇÃO DA REDE DE FRIO

Considerando o risco de ocorrência de eventos hidrológicos que possam afetar a estrutura dos serviços de saúde, a Gerência de Doenças Infecciosas Agudas e Imunização (GEDIM), orienta sobre a necessidade de elaborar um plano de contingência no caso de intercorrências em relação à cadeia da Rede de Frio nas equipes regionais e municipais.

Entre as ações que devem constar no plano de contingência, recomenda-se:

- Manter a temperatura do ambiente da Central de Rede de Frio entre 18°C e 25°C;
- Verificar a temperatura dos equipamentos de refrigeração também aos feriados e finais de semana, preferencialmente, duas vezes ao dia. Importante ampliar o monitoramento na situação de temperaturas extremas ou eventos climáticos e hidrológicos;
- No caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica, manter o equipamento fechado e monitorar rigorosamente a temperatura interna;
- Se o estabelecimento possui gerador, verificar o acionamento automático do gerador e a quantidade de óleo disponível para o funcionamento do mesmo. Caso o gerador não seja acionado automaticamente, entrar em contato com o plantão técnico da empresa contratada para manutenção do grupo gerador;
- Caso a energia elétrica não seja restabelecida em curto espaço de tempo, ou quando a temperatura estiver próxima de 2 ou 7°C, proceder imediatamente a transferência dos imunobiológicos para outro equipamento com a temperatura recomendada (equipamento de refrigeração ou caixa térmica). O mesmo procedimento deve ser utilizado em caso de falha de equipamento;
- O serviço de saúde deve dispor de bobinas reutilizáveis congeladas para serem utilizadas no acondicionamento dos imunobiológicos em caixas térmicas;



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

- Identificar no quadro de distribuição de energia elétrica a chave específica do circuito de Rede de Frio e/ou sala de vacinação com o aviso “NÃO DESLIGAR”;
- Revisão dos grupos geradores quanto ao funcionamento e combustível. Realizar testes de funcionamento semanais por pelo menos 10 minutos;
- Estabelecer parceria com a empresa local de fornecimento de energia elétrica a fim de obter informação prévia sobre situações de interrupção programada no fornecimento;
- Nas situações de emergência, é necessário que a unidade comunique a ocorrência à instância superior imediata para as devidas providências;
- É recomendável que os equipamentos estejam ligados a discadores e fontes de energia alternativas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os potenciais impactos que as enchentes podem causar à saúde da população, aos profissionais que atuam na emergência e na infraestrutura dos serviços de saúde, é primordial a articulação intra e interinstitucional, fluxo de informações instituído e harmonização das ações de Promoção, Vigilância e Atenção à Saúde na resposta às emergências para que se maximize a capacidade de atuação oportuna.

Os serviços de saúde devem estar atentos para o manejo assistencial adequado considerando todos os sintomas apresentados pelos pacientes quando oriundos de uma área de enchente, bem como, buscar articular para que os pacientes que fazem tratamentos contínuos de doenças crônicas possam ser atendidos garantindo a manutenção do tratamento.



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Sistema Único de Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância Epidemiológica
Diretoria de Vigilância Sanitária

8. REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Inundação. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Cartilha Saiba como agir em caso de enchentes, 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde – 5. ed Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Diretriz para atuação em situações de surtos de doenças e agravos de veiculação hídrica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018b.

Florianópolis, 05 de maio de 2022.

João Augusto Brancher Fuck

Diretor de Vigilância Epidemiológica

DIVE/SUV/SES/SC

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

Diretora de Vigilância Sanitária

DIVS/SUV/SES/SC

Eduardo Marques Macário

Superintendente de Vigilância em Saúde

SUV/SES/SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **UW03NB38**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOÃO AUGUSTO BRANCHER FUCK (CPF: 060.XXX.189-XX) em 05/05/2022 às 15:09:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/03/2019 - 14:42:44 e válido até 28/03/2119 - 14:42:44.

(Assinatura do sistema)



LUCÉLIA SCARAMUSSA RIBAS KRYCKYJ (CPF: 028.XXX.439-XX) em 05/05/2022 às 15:19:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2020 - 10:56:16 e válido até 27/02/2120 - 10:56:16.

(Assinatura do sistema)



EDUARDO MARQUES MACARIO (CPF: 022.XXX.907-XX) em 05/05/2022 às 16:04:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/07/2018 - 14:11:55 e válido até 02/07/2118 - 14:11:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTifMDAwNzU4ODFfNzY4NDRfMjAyMI9VVzAzTkIzOA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00075881/2022** e o código **UW03NB38** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.